

Região Metropolitana esbarra em vontade política

Cláudia Feliz

A criação da Região Metropolitana da Grande Vitória continua tendo como impedimento uma causa apontada há anos: falta de vontade política. Integrar ações de planejamento, organização e execução das funções públicas de interesse comum a Vila Velha, Vitória, Cariacica, Serra e Viana não tem se mostrado algo fácil. Alguns políticos admitem que há, nos bastidores da questão, disputa de poder. Mas não faltam técnicos e prefeitos a defender a efetivação da medida que, no entanto, permanece no nível do desejo, somente.

Os técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) André Abe e Gláucia Cardoso admitem que o grande desafio da questão é, mesmo, a forma gerencial mais adequada para a Região Metropolitana. Há experiências no país, consideradas negativas, nas quais identifica-se preponderância do Governo do Estado — com conseqüente queixa de “enfraquecimento” dos prefeitos — na instância deliberativa. Do ponto de vista

AJ13601

Vantagens

- **Dar destaque de metrópole à Grande Vitória, no cenário nacional, favorecendo a obtenção de financiamentos externos**

- **Garantia de integração efetiva do planejamento e das ações do poder público, resultando na racionalização dos recursos necessários, evitando, assim, desperdícios decorrentes de ações isoladas**

- **Consolidação de um espaço de efetiva participação da sociedade civil definição e priorização de políticas públicas, cujas ações se refletem, diretamente, na sua própria qualidade de vida**

- **Legitimação das decisões relativas às políticas públicas, que passam a ser adotadas mediante participação popular**



Fonte: IJSN



deliberativa. Do ponto de vista político, nesses casos, a gestão deixa a desejar, mas Gláucia Cardoso explica que algumas regiões, já existentes, reformularam o modelo.

Institucionalização

Pelo menos no tocante à Grande Vitória, institucionalizar a Região Metropolitana tem se mostrado algo complicado. "Não queremos um superprefeito", diz o prefeito de Vila Velha, Vasco Alves do Oliveira Júnior, para quem "os políticos dominantes do Estado não querem a Região Metropolitana". Segundo ele, a questão é de poder econômico. "Vitória recebe oito vezes mais impostos do que Vila Velha; um verdadeiro escândalo. Cariacica sofre da mesma maneira, com uma grande população carente", conta ele.

Para Vasco Alves, na base de toda a discussão sobre a metropolização da Grande Vitória está a regulamentação de um fundo de compensação para os municípios, no qual se levaria em consideração a população e os problemas sociais de cada um. "Vitória tem que perder um pouco, ceder", explica, assegurando: "Por causa da questão econômica, quem quer não tem força política para tornar a Região Metropolitana uma realidade".

O prefeito de Vitória, Paulo Hartung, tem uma visão diferente. Diz que a divisão dos impos-

tos é constitucional e que a base da discussão do tema está mesmo na consciência de que os problemas não estão circunscritos aos limites territoriais dos municípios. "A água que consumimos vem dos rios Santa Maria e Jucu, das regiões de Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá. Existe um consórcio para preservação desses rios, que se reúne mensalmente e necessita ser mais prestigiado pelos prefeitos da Grande Vitória". Há quem assegure que assíduos mesmo a essas reuniões têm sido apenas o próprio Hartung e Nonô Lube, de Viana.

Temas

Paulo Hartung acha até que não é necessário criar uma estrutura burocrática para se instituir a Região Metropolitana. Idéia idêntica têm o secretário da Agricultura, Luiz Paulo Vellozo Lucas, e o técnico André Abe. "Pode-se criar um modelo de funcionamento com reuniões em todos os municípios, para discussão de temas comuns, como o abastecimento d'água, a poluição, o lixo urbano, a saúde, o transporte coletivo", explica ele, admitindo que a Prefeitura de Vitória realizou diversas reuniões com essa proposta, enfocando alguns dos temas citados. Nem todos os prefeitos compareceram. Teria sido Hartung identificado com o "superprefeito"?

A discussão dos temas co-

muns foi, na realidade, uma estratégia. Isso porque reuniões com o objetivo único de discutir a criação da Região Metropolitana já não têm motivado os prefeitos da Grande Vitória, em sua totalidade. A assessoria do prefeito Aloísio Santos, de Cariacica, por exemplo, diz que ele "é prático". Aloísio Santos costuma dizer que, nos encontros, "se conversa muito mas, na prática, nada acontece". A assessoria diz que ele aprova a criação da Região Metropolitana, desde que, com ela, possa ser resgatado o prejuízo social do município, que teria herdado os problemas gerados pelos grandes projetos industriais instalados em Vitória e na Serra.

Interesse

Nonô Lube, prefeito de Viana, admite que falta interesse político para a criação da Região Metropolitana da Grande Vitória que, a seu ver, beneficiaria o município que ele administra. Na sua opinião, o governador Albuíno Azeredo deve se empenhar, junto com os cinco prefeitos da região, para que tal fato aconteça. "Não existem só Nonô Lube e Paulo Hartung. Os demais têm que participar", comenta, numa referência às ausências dos prefeitos de Vila Velha, Serra e Cariacica às reuniões onde questões metropolitanas têm estado em discussão.

O secretário da Agricultura, Luiz Paulo Vellozo Lucas, ad-

mite que o Governo, que até maio prometia convocar os prefeitos para a formalização de um novo protocolo de intenções, anunciando, ainda, debates com a população, visando à elaboração de um projeto de lei complementar sobre a Região Metropolitana, "parou, temporariamente", a proposta. "A região não é um fim em si mesmo", diz o secretário, frisando que mais importante, no momento, é a definição de uma pauta de ações concretas que envolvam os cinco municípios.

"É inteligente fazer um Plano Diretor Urbano sem interligação?", questiona Luiz Paulo, citando um exemplo. O PDU de Vitória, segundo a técnica do IJSN, Gláucia Cardoso, tanto na concepção original quanto na nova forma, ainda em discussão, teve essa visão metropolitana. A Serra acabou de assinar um convênio com o Instituto, objetivando obter assessoria técnica na elaboração do seu plano. Cariacica dispõe de estudos do gênero há mais de quatro anos, sem a devida viabilização.

Segundo o secretário, um exemplo concreto de ação conjunta — envolvendo Estado, município da Grande Vitória, empresários e comunidade — é a câmara técnica setorial de transporte coletivo. Não precisou institucionalizar a região para que tal fato acontecesse. Sobre a Região Metropolitana, especificamente, ele comenta:

"Num determinado momento, senti que o debate ficou muito institucional e que, apenas nesse aspecto, a discussão se tornaria frágil".

Embora não descarte a possibilidade de elaboração de um projeto de lei, pelo Governo, para discussão e votação pela Assembléia Legislativa (com o devido envolvimento dos municípios nesse processo), o secretário insiste no fato de que a cooperação administrativa em torno de fatos concretos "é o melhor caminho". Segundo ele, não há lei que obrigue a cooperação, que só acontece quando há maturidade política.

"O governador Albuíno tem como prioridade em seu Governo a parceria, a ação cooperativa. Mas o processo é lento e envolve amadurecimento político-administrativo de toda a sociedade. É preciso, no caso da Região Metropolitana, criar condições propícias para que o projeto de lei surja quando houver consenso. Mas a discussão do projeto de lei pode acontecer, paralelamente, às ações", opina ele.

Para o prefeito Paulo Hartung, "o importante é sair do imobilismo". Vasco Alves também concorda, defendendo ações conjuntas, embora frisando que "os prefeitos não se sentem bem quando aparece alguém querendo ser superprefeito". Então...